

Esclarecimento Pregão 199/2021/SUPEL/RO

Qui, 27/05/2021 18:11

Para: cplms2011@hotmail.com <cplms2011@hotmail.com>

Boa tarde Senhor Pregoeiro,

Abaixo segue solicitação de esclarecimento referente ao Pregão 199/2021:

- 1) No item 3.3.2 do Anexo I do Edital - Termo de Referência são destacadas as especificações técnicas dos equipamentos a serem adquiridos. No que se refere as especificações técnicas do Item 01, surgiram algumas dúvidas:
 - a) A unidade do item a ser considerada é o PAR e a quantidade requerida são 02. Sendo assim, o solicitado é 01 par de receptores GNSS (02 cabeças), correto?
 - b) A descrição do item 1 se dá em relação aos receptores GNSS, destacando suas características e funcionalidades. Entendemos portanto, que o sistema deve ser acompanhado de um coletor de dados/celular e software/aplicativo para coleta de dados, bem como de software de processamento para o completo funcionamento do sistema. Sendo assim, gostaríamos de saber se esse entendimento se dá da maneira correta e contempla o requerido pelo órgão?
 - c) Com relação aos acessórios que devem acompanhar o sistema, entendemos que devem ser considerados os itens: um bastão de fibra de carbono, de no mínimo, 2,0 metros, um bipé extensível para bastão, uma base nivelante com adaptador, um tripé em alumínio, uma mala ou bolsa para transporte dos Receptores GNSS, um carregador de bateria para os receptores (para 2 baterias), uma bateria para cada Receptor com autonomia conforme especificação, um cabo de comunicação entre receptor e computador e demais acessórios para a correta utilização do sistema. Esse entendimento está correto?
- 2) O Edital visa à aquisição de um sistema GNSS, tal item é composto por Hardware e Software, atualmente os Softwares são faturados como Licença de Uso de Softwares e sujeitos a ISS e não ICMS, ou seja, para o fisco os Softwares são vistos como um serviço e não um produto. O sistema a ser adquirido é composto por Hardwares e Softwares, portanto, o ideal é que para o faturamento deste item sejam emitidas 2 NFs, sendo uma para o equipamento e outra para o Software, que somadas chegam ao valor total do empenho. Há algum problema no faturamento ser realizado desta forma, em duas NFs, sendo uma para o hardware e outra para o software?

Atenciosamente,



Pregao eletronico nº 199/2021 - abertura em 04/06/2021

Ter, 01/06/2021 17:04

Para: cplms2011@hotmail.com <cplms2011@hotmail.com>

À

Superintendência Estadual de Licitações - Supel - RO

“A/C Pregoeira Sra. Graziela Genoveva Ketes “

Referente: Pregão Eletrônico nº 199/2021 - Abertura em 04/06/2021 Às 10h - Compras Net -UASG: 925.373

Gostaria que fosse esclarecido ao solicitante ou ao pregoeiro como foi feito o conjunto representativo dos modelos para elaboração de edital **PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 199/2021/SUPEL/RO**

Essa pergunta se deve ao fato do edital ser idêntico , ipsis litteris , ao modelo da Spectra Precicion SP 60, assim como descrito no item 1 da Especificação solicitada

Características	de	aumento
• Bateria	Li-Ion, 7,4 V, 2600 mAh	
• Vida útil da bateria:	10 hs (GNSS ligado, UHF Rx desligado) 8 hs (GNSS ligado, UHF Rx ligado)	
• Alimentação DC externa:	9-28 V	Componentes padrão do sistema
•	Receptor bateria	SP60 Li-Ion
• Carregador de baterias dual, kit de fonte de alimentação e cabo de alimentação internacional		
• Trena	(3,6 m)	
• Extensão de	7 cm	para polo
• Cabo USB	-	mini USB
• Garantia de	24	meses.
• Componentes opcionais do sistema		
• Kit UHF (410-470 MHz)	2W	TRX)

Tal fato deixa claro **o direcionamento do edital** a um equipamento e empresa, assim prejudicando a competitividade e bom andamento do processo licitatório.

O TCU já se pronunciou sobre tal fato e deixa claro seu entendimento , assim como foi seu voto em caso similar no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul (IFMS)

“ Voto:

Trata-se de representação autuada a partir de solicitação de atendimento da Ouvidoria deste TCU (manifestação 217.732) , na qual são noticiadas possíveis irregularidades ocorridas no pregão eletrônico SRP 17/2014, levado a efeito pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul (IFMS) .

[...]

4. Em sua instrução inicial, a unidade técnica consignou que haveria indícios de 'restrição à competitividade e ao princípio da isonomia, nos termos do art. 3º da Lei 8.666/1993, com indicação disfarçada de marca nas especificações técnicas, em afronta inclusive ao teor da Súmula TCU nº 270, uma vez que na forma em que foram definidos os itens componentes do Edital, especialmente no seu Termo de Referência, houve restrição da participação de outros concorrentes no certame, pois as especificações limitaram o fornecimento de equipamentos a um único fabricante, no caso a [omissis 1], conforme apontado na impugnação ao Edital apresentada pela empresa [omissis 2] e que foi confirmado pelo resultado da Licitação, onde, para os itens dos grupos 1 e 3, houve apresentação de propostas de equipamentos de um único fabricante, coincidentemente a [omissis 1]’.

[...]

10. O direcionamento da licitação pode ocorrer, por exemplo, mediante a utilização de critério subjetivo, o favorecimento a alguma empresa, a preferência inadequada por determinada marca, a ausência do devido parcelamento ou o estabelecimento de exigências excessivas/limitadoras. O direcionamento na descrição do objeto caracteriza-se pela inserção, no instrumento convocatório, de características atípicas dos bens ou serviços a serem adquiridos.

11. Para mitigar tal risco, é indispensável atentar para a lição contida no Acórdão 2.383/2014- TCU-Plenário, no sentido de que, em licitações para aquisição de equipamentos, havendo no mercado diversos modelos que atendam

completamente as necessidades da Administração, deve o órgão licitante identificar um conjunto representativo desses modelos antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a evitar o direcionamento do certame para modelo específico e a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado. “

Dito isso , solicito :

- ALTERAÇÃO DA ESPECIFICAÇÃO TECNICA : Para que o objeto tenha *“competitividade e atenda ao princípio da isonomia, nos termos do art. 3º da Lei 8.666/1993”*
- ALTERAÇÃO DA DATA DO EDITAL : Para não incorrer em processo administrativo , impugnação do edital e cause danos ao Estado de Rondônia

Desde já Agradecemos

Depto licitação

